



## MUNICÍPIO DE CUBA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ATA N.º 04  
(Quadriénio 2017/2021)  
29-06-2018

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 1.º - Informações;
- 2.º - Ratificação das atas das sessões anteriores:
  - Sessão Extraordinária de 10 de novembro de 2017;
  - Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2018;
  - Sessão Extraordinária de 13 de março de 2017;
  - Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018;
- 3.º - Assuntos de Interesse para o Município.

### **ORDEM DO DIA:**

- 1.º - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2018 a 31/05/2018. **Para conhecimento.** -----
- 2.º – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI - Contrato Emprego-Inserção (Trabalho Socialmente Necessário). **Para deliberação.** -----
- 3.º – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Alva, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). Informação n.º.62/18. **Para deliberação.** -----
- 4 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Alva, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). Informação n.º.64/18 **Para deliberação.** -----
- 5 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). **Para deliberação.** -----
- 6 – Proposta de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia de Faro do Alentejo e Vila Ruiva. Competências do Município no âmbito do 1.º. Ciclo e Pré-escolar no que concerne ao pessoal não docente. Gestão integrada com as Juntas de Freguesia quando estão em causa os pólos nas freguesias rurais. **Para deliberação.**-----
- 7 – Proposta de aprovação dos “Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba”, referentes ao ano de 2017. **Para deliberação.** -----
- 8 - Proposta de aprovação FINAL do instrumento de programação da ORU concretizado através do PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, depois de efetuado o período de discussão Pública. **Para deliberação.**-----



**9** – Aplicação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários no Município de Cuba. **Para conhecimento.** -----

**10** – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Cuba para o ano de 2018, visando a Aplicação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários à Autarquia. **Para deliberação.** -----

**11** – Proposta de Nomeação do auditor externo às contas do Município. **Para deliberação** -----  
**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

João Duarte Oliveira Brito Palma - Presente

Carlos José Maltez Almeida - Faltou

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano - Faltou

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado - Presente

José António Rocha Cabrita - Presente

Luís António Botecas Varela - Presente

José Francisco Ribeiro Roque - Presente

Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço - Presente

Luís Maria Cardeira Santa Rita - Presente

Milene Leonor Cadeireiro Cardoso - Presente

João Carlos Segurado Leirão - Presente

André Chaveiro Vargas - Faltou

Maria Joaquina Maltez Salgueiro - Presente

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco - Presente

José António Cardeira Machado - Presente

Filipe Domingos Candeias Chora - Presente

José Alberto Lança Pacheco - Presente

Raul Manuel Viana Amaro - Presente

Não esteve presente na sessão a deputada Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbués Moreira, uma vez que havia apresentado ao Presidente da Assembleia Municipal o pedido de renúncia ao cargo ao abrigo do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Faltou o deputado André Chaveiro Vargas, tendo apresentado a respetiva justificação junto da Mesa da Assembleia Municipal, que foi considerada válida em sintonia com a alínea j) do art.º 46-A da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Em função da renúncia em cima mencionada foi convocado o cidadão Luís Carlos Cardoso Varela, ao abrigo do n.º 4 do art.º 76.º da Lei em cima enunciada para vir tomar posse do lugar que entretanto vagou.-----

A posse foi dada ao novo membro da Assembleia Municipal que desde logo iniciou em pleno as suas funções.-----

Estiveram também presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo: -----

Presidente da Câmara - João Manuel Casaca Português

Vice-Presidente da Câmara - Francisco Xavier Candeias Fitas

Vereadora - Noémia Ermelinda Rocha Fragoso

Vereador em Regime de Não Permanência- Luís José de Brito Camacho Barriga

Vereadora em Regime de Não Permanência - Maria Jacinta Cardoso Grilo

-----  
Esteve ainda presente o Dr. Vitor Fialho, Chefe da UADJCS (Unidade de Apoio Jurídico Desenvolvimento Cultura e Sociedade, a quem coube prestar os esclarecimentos técnicos que fossem solicitados sobre os assuntos em apreciação.-----

Verificou-se existir quórum para a realização da sessão pelo que o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos. -----

Sessão da Assembleia Municipal de Cuba de 29 de Junho de 2018



## Antes da Ordem do dia

### **1.º – Informações;**

**Presidente da Assembleia Municipal** – Começou dando as boas noites a todos e comunicando que se iria dar início à sessão ordinária de junho de 2018 do órgão deliberativo do Município. Na ausência da deputada e 1ª. Secretária Sandra Serrano, convidou a deputada Dulce Vasco para exercer essas funções. Antes de dar início aos trabalhos e no sentido da renúncia da deputada Francisca Augusta Lopes Bicho de Arbues Moreira, chamou o munícipe Luís Carlos Cardoso Varela, elemento seguinte nas listas da CDU, para tomar posse, documento que ficará apenso à presente ata

### ***Ata avulsa da tomada de posse: - Luís Carlos Cardoso Varela.***

Depois da tomada de posse foi entregue ao deputado, tal como havia sido a todos os outros deputados nas sessões de tomada de posse, cópia do Regimento da Assembleia Municipal, bem como da Legislação mais relevante para o desempenho do cargo. Foi dado conhecimento pelo Presidente da Assembleia Municipal das diversas informações recebidas:

- Uma pergunta e uma resposta do PCP, relativa à falta de investimento na linha do Alentejo;
  - Uma Moção enviada da CIMBAL, relativamente às culturas intensivas;
  - Um manifesto que poderei fazer chegar por correio eletrónico na próxima sessão “Por um só Portugal” - Criação de um observatório e um movimento que acompanha o programa nacional de coesão territorial;
  - Registou que foram informados pela Câmara Municipal de Cuba, na sequência dos contactos que temos tido com os grupos parlamentares do projeto de resolução, que foi aprovado por maioria, relativo à falta de investimento na linha do Alentejo e na ligação conexa a fazer juntamente a linha do Alentejo com a linha de Évora.
  - Informou que uma representação da Assembleia Municipal esteve presente na visita do Deputado do Partido Ecologista os Verdes, onde novamente foram abordados os problemas ambientais, neste caso o olival intensivo;
  - Salientou outro problema ambiental no nosso concelho do troço ferroviário Casa Branca- Beja. Neste dia não houve comboio, mostrando assim a falta de transporte para a nossa população. Informou que têm decorrido as audiências com os grupos parlamentares. Já foram recebidos pelos grupos parlamentares Partido ecologista Os Verdes em 14/05, pelo CDS e pelo PCP em 18/05, pelo bloco de esquerda em 30/05, pelo PS em 27/06. Registou que nesses encontros temos tido solidariedade, temos tido o compromisso que os partidos tentarão viabilizar aquela que é a nossa aspiração: eletrificação e modernização da Linha do Alentejo.
  - Informou que do encontro com o Partido Socialista vieram mais desanimados porque, segundo ele, temos da parte do deputado do Baixo Alentejo uma visão diferente, mas que no fundo acaba por ser a visão de todos, ou seja, a eletrificação e a modernização da linha. Da parte dos outros deputados que estavam presentes, nomeadamente pertencentes à Comissão da Economia, que é quem trata de todas estas questões das infraestruturas, e neste caso do comboio, a resposta não foi satisfatória, muito pelo contrário, registou que até é para ficarmos um pouco preocupados. – Tentámos fazer ver junto deste deputado que não podemos só sobreviver destes investimentos comunitários, que Portugal também tem um orçamento próprio, com verbas próprias e face ao reduzido investimento que falamos, infelizmente o que nos foi dito foi algo do género: “tal como nós temos esta preocupação também têm as pessoas de outros concelhos, nomeadamente de Cascais, Porto, Castelo Branco, Portalegre, etc.”
- Sintetizou alegando que, no fundo, foi-lhes dito que como não temos população, dificilmente se fará o investimento no Alentejo.



Justificou que isso não nos impede de continuar a lutar sem baixar os braços, continuamos a tentar ser recebidos por todos e a expôr as nossas preocupações.

Foi também recebido no capítulo das informações correspondência diversa que continua a vir numa base regular para a assembleia municipal.

Considerando esclarecida a assembleia, comunicou que se passaria ao ponto seguinte:

**2.º - Ratificação das atas das sessões anteriores:**

– Sessão Extraordinária de 10 de novembro de 2017;

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado** – Boa noite. Verifico que deverão ser feitas algumas correções nomeadamente:

Página 8 – Intervenção nº. 13 da minha responsabilidade, quando afirmo “Frisou que ficou com pena que não tivessem sido lidas as duas moções”. Em sua opinião dessa forma não faz sentido, o que eu frisei, foi que lamentou que não fossem aprovadas e não, que não fossem lidas.

Registou depois que: “Mais à frente quando afirmo que em minha opinião”; segundo a deputada, acrescentaria: “Nesta matéria muito mais é o que nos une”.

**Presidente da Assembleia Municipal** – A Deputada frisou que ficou com pena que não tivessem sido aprovadas as duas moções porque em sua opinião nesta matéria, muito mais é o que nos une do que aquilo que nos separa”. Certo. Interpelou depois a assembleia para questionar se havia mais alguma intervenção.

**Usou da palavra a Deputada Teresa Calado – que afirmou e transcreve-se:**

“Na página onze – Intervenção 26 – Aquilo que solicitei à Câmara foi que me fosse facultada a documentação, não foi toda a documentação produzida, foi as diligências que foram tomadas de 2013 a 2017, período que não estava tão familiarizada. Portanto, pedi à Câmara que me informasse e que remetesse documentos. Propunha que ficasse: *“Requeru à Câmara através da mesa da Assembleia Municipal atenta ao facto que esta situação já se arrasta há algum tempo, dado que vem desde 2010 que lhe fosse facultada, a documentação das diligências que foram no período de 2013 a 2017. Foi o período que não acompanhei. Antes acompanhei e sendo-lhe facultada a documentação e enumeradas as diligências feitas pela Autarquia de 2013 a 2017.*”

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se existia mais alguma intervenção. Não existindo, informou que esta ata será assim submetida a aprovação, depois de se confirmar as alterações propostas.

A ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções do membro Luís Carlos Cardoso Varela e Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco.

– **Acta nº. 3** da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2018;

**O presidente concedeu a palavra à Deputada Teresa Calado – que alegou o seguinte:**

“– Na página 12 – É uma questão de português penúltima intervenção *“Boto”* em vez de *“Voto”*.

Na página treze – Intervenção da minha responsabilidade quarta linha – *tal argumento não foi referido em vez de referida.*”

Antepenúltima linha *“Recorda-se porque às vezes gosta mais de ouvir as outras pessoas do que se ouvir a si”*”

Página quinze – Início da intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Enquanto *“tivemos”* será *“estivemos”*.

Página vinte e sete no final.- Quando refere que usou a palavra para esclarecer algumas intervenções em que foi citada, dirigindo-se ao deputado José Cabrita que havia sorrido quando o seu colega de bancada, referiu que se fizeram asneiras no tempo do PS e quem governa não faz tudo bem feito e recordo que quem tiver a leviandade de pensar o contrário está muito enganado, foi esse o meu intuito *“de pensar assim” “de pensar o contrário”*.”



No início da página 27. Relativamente ao caso da técnica que foi colocada no arquivo estão a ser colocadas situações diferentes e que porventura até está de acordo com o que é defendido pela CDU, descontextualiza o conteúdo da frase que vem a seguir e propunha que se retirasse isto. Parece que há um resumo que falta, uma parte do que eu disse, a frase acaba por cair descontextualizada. O que propunha era que se colocasse um ponto final e depois que se continuasse "À data" -----

*Assim compõe-se a ata com uma intervenção e retiramos aquilo que é dito."*

**Voltou a ser dada a palavra à Deputada Teresa Calado que alegou:** " – Presumo que é um resumo do que foi dito e o que me parece daquilo que disse, e que me lembro de ter dito, é que a frase está descontextualizada, neste contexto. -----

Deve ter havido um conjunto de afirmações que fiz antes que aparece esta frase a seguir está o resumo do que foi dito de facto. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** - "Tem que se ouvir o áudio". Informou que pode-se pôr em ata a transcrição, ou seja, e faz-se a transcrição integral deste parágrafo. -----

**Concedeu a palavra à Deputada Teresa Calado que disse:** – "Toda esta intervenção parece-me que está um bocadinho confusa, o que propunha era que se ouvisse o áudio para que o português ficasse mais compreensível. Trazia algumas propostas que poderei fazer-lhe chegar." --

**O Presidente concedeu a palavra ao deputado José Cabrita que disse o seguinte:** – "Senhor Presidente para agilizar, e não estarmos aqui numa situação em que estão a ser propostas alterações e vamos ficar a analisar, proponho que todas as propostas de alteração sejam indicadas, que se vote a ata condicionada relativamente a estas questões. Ouvir-se-á o áudio se os deputados que fazem referência ao facto da súmula não estar de acordo com o que foi dito e expressamente decidirem que pretenderem a transcrição literal. Dito isto, acho que não vale a pena estarmos na dúvida e na indecisão relativamente a propostas. As propostas são feitas, na minha opinião toma-se nota e vota-se com as propostas condicionada à confirmação das mesmas" Disse. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se estavam todos de acordo. Propôs uma solução que considera-se aquilo que fosse pertinente da mensagem, analisando-se a diferença entre o que foi que transmitido e que pretendia ter transmitido. -----

**Usou da palavra a Deputada Teresa Calado** para informar: "Se houver dúvidas estarei disponível para ouvir o registo áudio conjuntamente, ou em alternativa, se se chegar à conclusão que o resumo que vos mando não desvirtualiza a ata, ficamos por aí e não há necessidade de ouvir a gravação." -----

**Usou da palavra o deputado José Roque para dizer o seguinte:** – "Boa noite. Atendendo ao que a deputada Teresa Calado disse se fizermos a transcrição de tudo o que a deputada disse para a ata, podemos passar à frente." -----

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado** – No uso da palavra alegou o seguinte: "Há depois a nossa mensagem oral, que é um pouco diferente daquilo que é escrito porque reafirmamos a mesma informação mais que uma vez. Propunha fazer chegar as correções e, se não concordarem, propunha à mesa que se ouvisse o áudio. -----

**Usou da palavra o deputado Luís Santa Rita para afirmar o seguinte:** – "Boa noite a todos e a todas. Penso que não se justifica enviar estas alterações (Não é 4 mas nº.2 extraordinária)." -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Propôs então que passasse à votação da ata nº. 3. A Ata foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Ata nº.2 extraordinária de 13 de março de 2018., erradamente indicada como a nº. 4 -----



**Tem a palavra o deputado Luís Santa Rita. O deputado disse o seguinte:** “Página nº 9 e tem a ver com a delegação de competências para a junta de freguesia, onde diz tem que vir falar com o Senhor Presidente da Câmara, e depois a frase continua, será oportuno formalizar um pouco mais aquilo que foi dito, não desvirtuando o teor, mas sendo inusitado, neste caso, o discurso direto.”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se existia mais alguma intervenção.

**Tem a palavra o deputado Luis Santa Rita, tendo este afirmado:** - “Na página 10, e esta intervenção vem na sequência da discussão que estávamos a ter sobre as transferências para as Juntas de freguesia, no parágrafo que diz. “Até porque fica mais caro, à Câmara Municipal fazer as suas transferências com as devidas competências do que ser a Câmara a ir lá fazer. É o contrário fica mais barato. Chamou a atenção para o teor do penúltimo parágrafo.”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que concorda porque não fazia sentido, uma vez que logo a seguir se diz que fica muito mais caro. -----

**Tem a palavra o deputado Luís Santa Rita. No uso da palavra disse o seguinte:** - “Na página 12, no início “Termina a sede de concelho; Deve ser “Tem que colaborar porque é menos pessoas que trabalham na Câmara em si.”-----

Propunha retirar este trecho inerente ao parágrafo porque não faz sentido, e desse modo alter-se-ia “E tem colaborar porque é menos pessoas .... até à sede de concelho” e terminava, “A Câmara tem que colaborar.” -----

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado, que afirmou o seguinte:** - “Na página 16 – Intervenção do Deputado Carlos Almeida, no final da página, “naturalmente Sr. Presidente e aqui tenho lhe dizer diretamente a si”. Neste caso depois do Presidente ter dado uma lição aos membros da Assembleia Municipal porque estavam a discutir uma situação com base naquilo que o Presidente da Câmara havia afirmado. O que propunha era que se alterasse a intervenção, ficando deste modo: “Era só para lhe dizer e aqui tenho que lhe dizer diretamente a si”. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Apelou a que todos tivessem algum cuidado nas intervenções e nos discursos que utilizam porque a palavra dita é diferente da lida. Uma coisa é o que dizemos e outra é aquilo que queríamos transmitir. Peço-lhes, aos dois lados, à CDU e ao PS que levem em conta este apelo. Registo que é um trabalho extenuante e complicado elaborar as atas com as intervenções efetuadas como estão. Justificou que mudar por vezes não faz sentido. No caso específico em análise foi um diálogo direto com o Presidente da Câmara. ---

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado, que alegou:** “O que o deputado quis demonstrar aqui foi o desagrado pelo facto de não ser dada a palavra ao deputado Luís Santa Rita quando este a pediu, e o Sr. Presidente da Assembleia mencionou que já tinha falado duas ou três vezes e que não poderia falar mais. -----

Aquilo que foi transmitido na mensagem do deputado foi que: “Quis demonstrar a sua indignação pelo facto do senhor Presidente ter explanado e ter falado demoradamente e nada lhe ser dito e quando um deputado, no uso da sua palavra e do seu direito, tenta rebater alguma da informação do lado do Presidente não lhe é dada a palavra”. ----- Isto foi o que foi dito, depois esta frase do meio, há-de ser uma súmula e não está perceptível, é pois um resumo.-----

Estamos a tentar que fique perceptível aquilo que foi transmitido de forma resumida. Parece-me que houve esse cuidado relativamente a algumas intervenções que estão mais perceptíveis do que outras, e estamos a tentar melhorar para que fique tudo com a mesma lógica, para que quem vá ler perceba aquilo que foi transmitido.-----

A proposta era que ficasse na ata escrito desta forma:-----

“Boa noite a todos. É muito rápido era só para dizer que naturalmente Sr. Presidente, e aqui tenho que me dirigir diretamente a si o Sr. Presidente, deixou o Presidente da Câmara Municipal



lançar algumas situações que naturalmente, depois deste lado terá que ouvir a resposta, e quando um deputado está no seu pleno direito acaba por contrapor o que ele afirma, diz que falou duas ou três vezes e que já não pode falar mais. Era só para deixar o meu desagrado sobre esta situação. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Usou da palavra para afirmar que: “Não foi bem isto que foi dito, do que depreendo da leitura porque é uma transcrição “ipsis verbis”. A ideia com que fiquei quando fiz a leitura, e na altura quando fui interpelado pelo deputado Carlos Almeida, foi que o Presidente da Câmara quando lhe é dada a palavra que utiliza aquele espaço de intervenção que lhe foi dado para responder ao deputado. Fiquei com a ideia que o deputado Carlos Almeida disse, foi que, não concordava com o facto de se ter tirado a palavra ao deputado por já ter intervindo três vezes e o Presidente da Câmara no uso da palavra acaba por ir contrapor aquilo que o deputado disse. Isto foi a ideia que eu fiquei na altura e da leitura que faço aqui.-----

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado, que disse o seguinte** . “A correção que proponho é para que fique perceptível em termos de português e para que a ata em termos de redação fique o mais corretamente possível e perceptível para todos.”-----

**Tem a palavra o Deputado José Roque, que afirmou o seguinte** – “Propunha que se ouvisse esta parte e compuséssemos o português. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se existia mais alguma intervenção. Não se registando, passou-se à votação da ata nº. 2 extraordinária.-----

A ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Luís Carlos Varela. -----

**O Presidente, de seguida propôs que se passasse então à ata nº. 4 de 27 de abril de 2018, tendo dado a palavra ao Deputado Luís Varela, que afirmou:** – “Na página catorze, no seguimento da intervenção do deputado Cabrita em que diz que afirmou existir sempre má vontade em participar nas atividades da Câmara da parte da Casa do Alto da Eira, eu lembro-me de ter dito e questioneei o deputado Cabrita, sobre qual o momento em que existiu a má vontade e quando é que não houve colaboração. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal disse:** - Vamos ouvir novamente. Caso tivesse introduz-se, não estando fica assim. -----

**Usou da palavra a Deputada Teresa Calado para afirmar:** - “Página catorze, não sei se estaria no uso da palavra ou não, sei que fui interrompida na altura no meio do raciocínio. O que está na ata é um bocado difícil de compreender.-----

“A deputada Teresa Calado informou que os custos do Carnaval aumentaram, afirmando que se gastou mais sem os prémios.-----

“Aquilo que eu queria dizer e que de facto fui interrompida até na altura pelo Senhor Presidente da Câmara, é que os custos aumentaram, excluindo a rubrica dos prémios. -----

Na rubrica da prestação de serviços se excluir os prémios. Fui interrompida pelo Senhor Presidente, que referiu o montante do carnaval, salvo erro em relação ao valor. Aquilo que afirmei foi que os custos aumentaram na rubrica excluindo os prémios. O que foi dito pelo Sr Presidente que não está aqui. Foi isso que foi transmitido.”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que se iria fazer o mesmo procedimento das outras atas. -----

**Tem a palavra a deputada Teresa Calado** – Afirmou que: “Na página 34 eu gostava de perceber que alterações é que existiram a esse nível de novo?”. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Nesse caso ficará “ eu gostava de perceber que alterações é que existiram a esse nível.”-----

**Tem a palavra o deputado Luís Santa Rita** – que afirmou: - “ Página vinte e nove – Último parágrafo: O **Presidente da Assembleia Municipal** dá a palavra ao deputado Luís Santa Rita e



depois a seguir interveio para afirmar que toda a discussão seria fácil, mais fácil se o Presidente da Câmara tivesse a noção e a humildade de reconhecer, porque não está perceptível que gastou mais do que devia e tivesse a noção (retirava-se) e assumisse que iria repor a situação.”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** - Vamos ouvir e depois retificamos. Questionou se existia mais alguma intervenção.-----

**Tem a palavra a deputada Teresa Calado** – que afirmou: “– Pagina 38 vamo-nos manter (terceira linha), obviamente todos nós, e estamos todos no mesmo barco na defesa da eEscola Profissional de Cuba, deixar uma palavra de apreço, a minha intenção e isso depois reflete-se no que está no final da frase e não sei se me expressei bem.-----

Mas a minha intenção era deixar uma palavra de apreço para com a Direção com quem trabalhei. Acho que é importante referir que foram sempre pessoas extremamente profissionais e continuam a desempenhar as suas funções, com elevado sentido de profissionalismo o que é importante enaltecer aqui. Houve uma direção pelo meio e acho que faz sentido reforçar que me refiro à direção com que trabalhei na altura e que continuam a exercer as funções na escola profissional, coisa que não acontece com a direção anterior.” -----

**Tem a palavra o Deputado José Cabrita** – Senhor Presidente, algumas das alterações correspondem mais a uma composição das intervenções, que também a mim não me choca, do que à correspondência daquilo que foi dito. Quanto eu me recordo, foi quase que ditada para ata e eu também fiquei com essa dúvida, porque não percebi a qual direção se dirigia mas de facto acho que é perceptível, tal como disse aqui a deputada Teresa Calado, da anterior direção ninguém está em funções na escola profissional e portanto acho que é bastante óbvio que esta palavra de apreço será para a direção com a qual trabalhou. Recordo-me que na altura foi isso que foi transcrito -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se existia mais alguma intervenção. Não se registando propôs que se passasse à votação. A ata foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Luis Carlos Varela.-----

**O Presidente concluiu que assim ficamos com os assuntos das atas em dia.** -----

**Presidente da Assembleia Municipal**– Recebemos aqui documentação da parte da Câmara, julgo que seja para divulgar.-----

**Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara** – Interveio afirmando o seguinte: “Boa noite a todos. Gostava só de entregar essa documentação que é uma informação que foi falada na última assembleia municipal e relativamente a uma intervenção realizada sobre a Casa de Turismo do Alto da Eira, onde foi afirmado que não foi convidada para nenhuma iniciativa do Município nos últimos quatro anos e nós gostávamos de entregar toda a documentação aos deputados da assembleia quer à bancada do PS, quer da CDU, com todos os ofícios, com todos os e-mails trocados com a Casa do Alto da Eira e que correspondem aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018. Todos os anos houve comunicação com a Casa do Alto da Eira e queria deixar a informação para ser distribuída às bancadas.” -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – alegou que a informação em causa é extemporânea, pelo que propõe que a mesma seja levada em causa apenas na próxima assembleia municipal. ---

**Usou da palavra o Presidente da Câmara** para concordar com a decisão do Presidente da Assembleia, não vendo qualquer problema na gestão enunciada.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** informou os deputados que a documentação que agora ia ser entregue não é para discussão é só informação. Registou que são informações, tem três exemplares, entrega à bancada do PS, à banca da CDU e esta última será para a mesa. É portanto uma informação prestada pela Câmara Municipal de Cuba, a incluir na próxima sessão da Assembleia Municipal no Ponto Informações. -----



**Ponto 3 – Assuntos de interesse para o Município: -----**

Receberam-se três moções da bancada da CDU, a saber:-----

- Uma moção sobre o Olival Intensivo.-----
- Uma moção do Programa Nacional sobre a política de ordenamento do Território- PNROT,-----
- Uma moção sobre a degradação do serviço postal universal prestado pelos CTT.-----

**Foi concedida a palavra ao Deputado José Machado para proceder à leitura da moção**



Moção sobre a degradação do serviço postal prestado pelos CTT.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONTRA DEGRADAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL  
UNIVERSAL PRESTADO PELOS CTT**

A Assembleia Municipal de Cuba, reunida 29 de junho de 2018, manifesta preocupação face às medidas que têm vindo a ser tomadas pela administração dos CTT, as quais põem em causa a manutenção do serviço postal e a sua prestação em condições de qualidade às populações.-----

Em recente contacto da empresa com a freguesia de Cuba e o município de Cuba, foi comunicado aos mesmos que a estação dos CTT na Cuba passa, na prática, a espaço comercial concessionado. Embora tenha sido transmitido que o funcionamento do mesmo iria manter-se nos mesmos moldes, em termos de impacto para a população, embora seja distinto o vínculo entre quem presta o serviço e a empresa responsável pelo mesmo, pois o espaço será concessionado a um empresário em nome individual, podendo a estação, agora Posto de Correios, vir a ser utilizado pelo mesmo para o desenvolvimento de outras atividades. -----

Independentemente das considerações individuais que possam vir a ser feitas sobre o novo modelo de funcionamento, a Assembleia Municipal entende que esta estratégia, longe de assegurar a prestação de um serviço postal universal, e muito menos melhorá-lo, insere-se numa perspetiva economicista que apenas pretende garantir aos interesses do poder económico que hoje controla os CTT: a obtenção de máximo lucro à custa de quaisquer outros interesses, neste caso, os da população. Prova disso é o facto de terem sido distribuídos milhões aos acionistas, num valor que ultrapassou o dobro dos lucros de 2017, 57 milhões de euros e a empresa ter agora procedido ao aumento médio dos custos nos vários serviços prestados em 4,5%. -----

Este é mais um passo para que a empresa se venha a desresponsabilizar do Serviço Universal de Correios a que está obrigada, de acordo com o contrato de concessão, abrindo portas para que, num prazo mais ou menos alargado, venham a ser extintos os serviços de correio nos moldes a que a população sempre se habituou e a que tem todo o direito. A Assembleia Municipal de Cuba sublinha o seu descontentamento e manifesta-se contra a desclassificação da Estação e a passagem agora, em definitivo, para Posto de Correios. -----

A Assembleia Municipal de Cuba considera que é essencial inverter toda esta situação, reclamando junto da administração central as medidas necessárias para reverter o processo de degradação de prestação deste serviço, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. -----

Torna-se imperioso que o Estado readquira a capacidade e a responsabilidade pela gestão da empresa, garantindo a sua viabilidade futura e para que volte a ter condições para prestar o serviço que as populações aspiram e merecem, exigindo, em simultâneo, a manutenção dos postos de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores. -----

A Assembleia Municipal de Cuba,-----

**Esta posição deve ser enviada aos CTT, ANACOM, Comissão Parlamentar de Economia e Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----**

**Presidente da Assembleia Municipal –** Informou que a moção terá que ser votada, pelo que o ponto está aberto à discussão, questionando quem deseja intervir.-----

**Tem a palavra a deputada Teresa Calado, que questionou:** “Perguntou-se o Presidente pretendia votar individualmente ou se dava um tempo para as bancadas conversarem com os seus pares.-----

**Qual a metodologia a adotar relativamente à aprovação.** Propunha que se analisassem os três documentos conjuntamente e depois tomavam uma posição relativamente a estes três documentos de imediato.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que se faria a leitura dos três documentos e depois fazia-se uma interrupção para análise. -----

**Foi efetuada leitura de outra das moções .** -----  
**Foi concedida a palavra ao deputado José Cabrita, para efetuar a leitura do documento:** -----

**- A evolução da paisagem rural tem um longo registo histórico.**

#### **Moção sobre o Impacto Ambiental das Monoculturas em Regime Intensivo**

A evolução da paisagem rural tem um longo registo histórico, desde as suas origens no este do Mediterrâneo há 10.000 mil anos atrás, até à atualidade, em que a paisagem rural é uma das formas mais difundidas de uso do solo. Esta evolução permitiu o desenvolvimento de uma fauna e flora diversa e adaptada. Porém, nas últimas décadas, temos assistido, no distrito de Beja, e em particular no concelho de Cuba, à introdução de novas culturas e técnicas agrícolas (agricultura intensiva e super-intensiva de monoculturas) que nos trazem um aumento de preocupação com os impactos que tais práticas estão a ter na deterioração dos solos, da água, nos animais, em suma no ecossistema. A entrada em funcionamento do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva, propiciando a possibilidade de dispor de água, de forma fácil e acessível, permitindo culturas de regadio na sua zona de intervenção e a inexistência de um plano de desenvolvimento agrícola para a região, despertaram a cobiça de grupos económicos, interessados em investir em monoculturas intensivas e super-intensivas, originando igualmente a concentração da propriedade e a consequente extinção das pequenas e médias explorações. A concentração da propriedade em grandes grupos é um problema de gestão de território que causa forte preocupação, enquanto a dependência das monoculturas, do ponto de vista económico e não só, ainda mais quando os centros de decisão estão longe do nosso país, é um fator de perigo, que pode afetar gravemente a economia da região. O uso excessivo de fungicidas, herbicidas, inseticidas e fertilizantes são a receita para a morte da biodiversidade e saturação dos solos, que assim veem o fim da sua aptidão agrícola, sendo que o controlo da utilização destes produtos é, neste momento, meramente administrativo. Mas não menos preocupante é o que poderá estar a acontecer com as linhas de água e os lençóis freáticos, fruto da contaminação com todos os produtos tóxicos usados nestas explorações. A perda da sustentabilidade dos sistemas cultiváveis e a erosão dos respetivos solos serão assim mais um fator para a desertificação do nosso distrito e do Alentejo, porque sem trabalho, sem criação de riqueza e sem ambiente ninguém pode viver. Igualmente preocupante é a proliferação de trabalho sem direitos, quer laborais, quer no que respeita às condições de vida dos trabalhadores migrantes, fruto da sazonalidade das tarefas agrícolas resultante da monocultura, impedindo a fixação e integração desses trabalhadores, mas também da inexistência de normas que permitam responsabilizar as empresas prestadoras de serviços, entidades patronais desses trabalhadores, bem como as empresas contratantes dos serviços, pela violação dos mais elementares direitos de trabalho e de vida com dignidade. -----  
Assim, e face ao exposto, a Assembleia Municipal de Cuba, considera que: -----

1. - É fundamental garantir um desenvolvimento integral e sustentado do território garantindo a melhoria das condições de vida das populações, fruto da evolução económica resultante da atividade agrícola. -----

2. - A qualidade de vida e saúde ambientais são pilares das comunidades, pelo que exigimos do Governo e restantes responsáveis a criação de um sistema de monitorização de indicadores ambientais, demográficos e socioeconómicos e de mitigação dos impactos, para a saúde pública e outros, nas regiões que estão a sofrer alterações profundas da sua estrutura agrária e/ou produtiva, nomeadamente onde há intensificação da produção e expansão de monoculturas e ainda a criação de normas legais, de corresponsabilização, das empresas de prestação de serviços e utilizadoras do trabalho sem direitos e sem dignidade. -----

Esta moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Presidente da República, ao Primeiro- Ministro, aos Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Ambiente, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e aos Órgãos de Comunicação Social. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Registou a conclusão da leitura que agradeceu e informou que se iria passar à leitura da terceira moção, desta vez pelo Deputado Luis Carlos Varela: -----

### **Moção - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), instrumento que tem por missão o estabelecimento das opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, de acordo com o conteúdo da versão apresentada para discussão pública, encerra um modelo de ordenamento que, no essencial, não contribui para o desenvolvimento equilibrado do País assente numa ocupação sustentável do território, na promoção das condições de vida, do investimento, da produção, do emprego, da defesa e aproveitamento de recursos e serviços. -----

O diagnóstico feito, embora vago e contraditório, revela a necessidade de medidas concretas e com visão integrada. Necessidade que não encontra nos 10 compromissos e Desafios Territoriais – com um enunciado abstrato de 5 Princípios - correspondência nas medidas e meios que os concretizem. -----

Sublinha-se, desde logo, a não identificação das causas estruturais da persistente manutenção de elevados níveis de disparidades regionais, em particular a ausência de uma leitura do impacto territorial da evolução do processo de integração europeia e das políticas estruturais europeias, e a insistência numa política que tem conduzido ao abandono de sectores produtivos, a desequilíbrios territoriais, sociais, demográficos e económicos.-----

Em termos concretos, no documento “PNPOT – Alteração: ESTRATÉGIA de 9 de abril de 2018” não constam referências ao Baixo Alentejo e, globalmente, ao Alentejo, em relação ao papel que lhes cabe no quadro do desenvolvimento nacional. Assim, o PNPOT como instrumento de referência no sistema de gestão territorial nacional, comporta uma excessiva generalização e difusa hierarquização do programa de ação, dificultando a elaboração de planos regionais e municipais de ordenamento e desenvolvimento. -----

Deste enquadramento resulta em particular: -----

- A ausência de garantia, quanto à definição dos meios associados a investimentos públicos estruturantes, capazes de ter tradução territorial nas estratégias de desenvolvimento económico e social, assumindo neste aspeto particular relevância para a afirmação do Alentejo no contexto regional, nacional e transfronteiriço; -----

- A deliberada omissão da regionalização, enquanto fator crucial concretização de um processo democrático e participado de desenvolvimento regional, constitui uma lacuna com consequências graves para os territórios do interior, e naturalmente para o distrito de Beja. ----

No plano demográfico, o PNPOT constata os indicadores, regista os baixos índices de natalidade, mas omite as profundas causas que lhes estão associadas, designadamente a precariedade no emprego, os baixos salários, o desemprego jovem, a dificuldade no acesso à habitação ou a



ausência de respostas públicas para a infância, situação agravada nos territórios de baixa densidade populacional, com perdas demográficas incessantes que colocam em causa a sobrevivência da rede urbana, tal como a conhecemos na atualidade, e a sustentabilidade do espaço rural. -----

Esta visão tem igualmente a sustentá-la uma perspetiva de desenvolvimento económico, baseada em opções estratégicas constantes no PNPOT e assentes fundamentalmente no reconhecimento da promoção da competitividade territorial, como principal via de resolução dos problemas das disparidades regionais. As opções nele constantes não respondem a mais emprego e a melhor distribuição da riqueza, em termos sociais e territoriais, não se associam a dinâmicas produtivas (industrial, transformadora, atividades piscatórias, agricultura) e reportam-se, no essencial, a referências quanto à inovação e tecnologia. O espaço rural, a agricultura e a importância que representa para a afirmação da soberania alimentar do País não estão minimamente equacionados e, conseqüentemente, não são considerados, com a devida relevância, enquanto fatores estruturantes e valores essenciais para a afirmação e desenvolvimento dos territórios do interior. -----

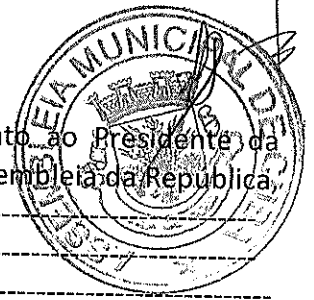
No plano dos serviços públicos, o PNPOT, reconhece as diferenças existentes no território nacional, em particular na saúde, mas negligencia, quer as causas, quer as medidas que garantam a equidade territorial no acesso aos equipamentos e serviços. -----

No domínio ambiental, o PNPOT, para lá da identificação de problemas reais, não assume a importância que o mundo rural tem ao nível da preservação de recursos e estabelecimento de equilíbrios interterritoriais, nomeadamente não identificando opções e medidas que reconheçam o contributo do espaço rural, enquanto contribuinte líquido para o processo global intitulado de “descarbonização da economia”, revestindo-se da mais elementar justiça uma abordagem rigorosa que compense estes territórios pelos benefícios que induzem, em termos de minimização dos impactos negativos nos sistemas ambientais do País e da UE. A par desta lacuna, põem-se ainda em causa políticas unificadoras em torno das áreas protegidas, ao mesmo tempo que a sustentabilidade no uso dos recursos, e em particular dos solos, não encontra resposta em medidas que previnam práticas como as da monocultura ou produções intensivas. -----

**Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Cuba, reunida em sessão ordinária a 29 de Junho de 2018, vem propôr que o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território responda às causas estruturais das presentes dinâmicas económicas e sociais que configuram o território, como forma de diminuir as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais, devendo atender aos seguintes pressupostos e objetivos: -----**

- Assegurar níveis de investimento público que respondam às necessidades do desenvolvimento socioeconómico do distrito de Beja e espaço que integra; -----
- Estabelecer claramente prioridades e compromissos para a concretização de projetos estruturantes, nomeadamente a eletrificação da ferrovia de Casa Branca para Beja, numa primeira fase, e de Beja para a Funcheira, numa segunda fase, o empenhamento na dinamização do Aeroporto de Beja, enquanto potencial económico e de conectividade com o exterior, a retoma das obras do IP8, como pressuposto para quebrar o isolamento da região;
- Valorizar o Poder Local e dar concretização à regionalização; -----
- Combater os desequilíbrios do território, por via da atividade económica e do emprego; -----
- Valorizar os recursos naturais e ambientais reconhecendo-os como mais-valias locais e regionais; -----
- Promover o desenvolvimento de infraestruturas geradoras de bens e serviços estratégicos, em todo o território, que contribuam para a criação de emprego nos territórios de baixa densidade.

Sendo aprovada a presente Moção, deverá ser dado dela conhecimento ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, ao Ministro do Ambiente e à Comunicação Social. -----  
Cuba, 29 de junho de 2018. -----



**Presidente da Assembleia Municipal** – Obrigado. Proponho que se faça uma interrupção de dez minutos para as bancadas analisarem as moções.-----

Alertou para o facto de que se existirem propostas, alterações, que estas cheguem antes à mesa para a leitura e posteriormente procedermos à sua discussão e à votação. -----

**Reinício dos trabalhos** -----

O Presidente informou que ponto está aberto à discussão, começar-se-ia pela ordem pela qual foram lidas as moções. -----

**Primeira : Moção sobre o serviço postal prestado pelos CTT.**-----

Moção discussão e votação -----

**Tem a palavra a deputada Teresa Calado** – Em relação à moção é nossa intenção obviamente aprová-la por considerarmos que é uma reivindicação, muito importante de facto, corroboramos aquilo que está afirmado na moção.-----

Ficámos foi, fiquei apreensiva com a situação uma vez que tinha portanto ficado muito satisfeita com uma publicação que o Presidente da Junta de Freguesia de Cuba fez relativamente aos serviços CTT, inclusive até pensei existir aqui algum protocolo celebrado relativamente a estes serviços, uma vez que foi prestada uma informação pelo Presidente da Junta de Freguesia que não é propriamente uma pessoa anónima e que tem responsabilidades nesta matéria, a dizer que de facto os serviços ficariam cá em Cuba e com mais serviços. Portanto, fiquei um pouco apreensiva quando se verifica que afinal existe este volte fácil relativamente à situação. Mas portanto a nossa intenção é obviamente uma tomada de posição que julgamos ser de facto uma força concertada e que há necessidade de mantermos estes serviços com qualidade para a nossa população, a nossa intenção é pois votar favoravelmente a moção. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se existia mais alguma intervenção. -----

**Tem a palavra o Deputado José Machado**, que no uso da mesma afirmou: -----

“Na intervenção que fiz, na altura as pessoas com que contactamos foi só no sentido de levar o abastecimento, a distribuição para a Vidigueira e que o posto de correios no caso de Cuba ficaria portanto com os mesmos serviços, com o pagamento das reformas, com todo o serviço, exceto com a distribuição que era feita aqui de manhã e iria começar a ser feita na Vidigueira.-----

Isso foi uma conversa pessoal, nada formal, porque depois passado algum tempo também foram enganados, isto chegou-lhe a informação de que querem é tirar os CTT.-----

Pelas minhas contas não é isso que eu quero, mas pela conversa que se ouve e pelo que se comenta daqui a poucos meses isto vai acabar e passará com certeza tudo para Beja. Por isso é que foi apresentado assim dessa forma. -----

Na altura quando fiz aquele post, porque fiquei contente, porque estávamos tristes não é, vai continuar igual. Só a distribuição do correio durante a manhã é que iria sair de Cuba e ficava na Vidigueira. Acabávamos por ter os mesmos serviços, e passado algum tempo que não chegou a três meses as coisas alteraram logo. Portanto só nesse sentido é que saiu aquele post colocado por mim. -----

**Tem a palavra o Deputado José Cabrita**: - Relativamente à intervenção da deputada Teresa Calado, relativamente a este documento na sua intervenção equacionou a possibilidade até da

Sessão da Assembleia Municipal de Cuba de 29 de Junho de 2018

Junta de Freguesia celebrar um protocolo com uma empresa que infelizmente foi privatizada e pelo menos falando por mim não compreendo e não concordo com qualquer protocolo estabelecido entre qualquer autarquia local e uma empresa que tem como objetivo o lucro. Faria sentido sim se os correios estivessem na esfera do estado poderia haver um protocolo de parceria, não faz qualquer sentido quando se trata de uma empresa que tem como objetivo o lucro, a maximização dos lucros, a redução de pessoal que possa haver alguma substituição por parte das Juntas de Freguesia às funções que competem a esta empresa. Quero manifestar o meu agrado pelo facto dos deputados do partido socialista acompanharem esta moção, que apela à reversão de um erro que foi a privatização dos serviços de correio. De facto um serviço com a importância social que tem nunca deveria ser privatizado.-----

É óbvio que os acionistas quando adquiriram a empresa sabiam perfeitamente qual era a estrutura da empresa, sabiam perfeitamente quais as dificuldades da empresa e sabiam perfeitamente qual o futuro da empresa. -----

Empresa que não é competitiva é um facto, não é, não tem que ser, uma vez que desempenha uma função social e uma função de serviço público bastante importante, e portanto não deve estar sujeita a uma lógica empresarial de lucros e portanto como é óbvio eles, também os acionistas não foram enganados pelo estado que promoveram pela privatização, não foram, eles sabiam bem que havia a possibilidade da emissão de uma licença para esta empresa que lhes poderia dar acesso à criação de um banco que há muito era pretendido pelos próprios CTT, e portanto ninguém foi aqui enganado, nem o estado, livrou-se de uma empresa, com a mesma mentalidade ou com a mesma lógica subjacente aos acionistas que a compraram, ou seja, o estado gerido nestes últimos anos que deveria ser um estado social, deixou de o ser e passa a ser um estado quase que empresarial. -----

Olha para os serviços de uma forma empresarial e tudo tem que dar lucro e portanto olhou com esta lógica para esta empresa e pensou: a estrutura é pesada, o futuro é negro vamos privatizar. A empresa não é lucrativa e não vai ser lucrativa e quem comprou também não foi no erro sabia perfeitamente o que estava a comprar e sabia perfeitamente o que conseguiria ainda, que sabendo das limitações da empresa e portanto atendendo a todas as razões anteriormente expostas, portanto é importante reverter o serviço postal, os correios, a empresa revertê-la para a esfera do estado. Assim como outras também faria sentido que voltassem a esfera do estado e isto numa lógica de serviço público que sirva as pessoas e não apenas algumas das pessoas. O futuro é negro em relação ao posto. Neste momento é concessionado a um particular, a um privado. Colocar-se-á a questão? E se não for lucrativo para esse particular? Os correios estão na disponibilidade de reassumir o posto, se calhar não estão. E se calhar estamos a falar do encerramento a muito curto prazo da concentração dos serviços em Beja.-----

Foi o que há pouco aqui foi referido. Portanto é isto que nos deve fazer refletir para no futuro quando voltarmos a discutir possíveis privatizações de algumas empresas que continuam na esfera do estado, e é isso que nos deve fazer refletir quando ouvimos falar em empresas, que foram privatizadas e que o estado continua a financiá-las, como é o caso do novo banco e outros. Portanto, mais uma vez congratulo os elementos do partido socialista por se juntarem a esta justa aspiração da população de Cuba, e restantes populações que são afetadas pelo encerramento de postos dos CTT e estações de serviços dos CTT. -----

**Tem a palavra o deputado João Leirão** – Boa noite. Eu acho que o deputado José Machado não percebeu bem a pergunta da Colega Teresa Calado, porque o “post” que nós estávamos a falar dizia que não ia fechar e tinha mais serviços. Mas pela justificação que nos deu no dia desse “post” já sabia que não ia fechar, mas não ia ter mais serviços, tinha menos. Certo?. Ao fim e ao cabo não disse nenhum serviço a mais e já sabia que tinha um a menos e gostava que explicasse isso por favor. -----



**Tem a palavra o Deputado José Machado** – Os mais serviços seriam de serviços ao público, porque concretamente o serviço que foi retirado, era o serviço feito pelas pessoas que estavam lá a trabalhar a distribuir o correio para que os carteiros levassem às nossas casas. Os mais serviços seria o ter o banco lá, receber mais pagamentos sobre algumas situações, tipo luz, como o payshop, era esses serviços que nós poderíamos utilizar o correio. Foi o que me foi transmitido. Como nós hoje vamos lá pagar, vão lá receber as reformas e vão por aí e iriam adquirir mais alguns produtos como lá está hoje e era nesse sentido a informação que prestei e não noutros que poderão resultar de interpretações de palavras que não afirmei.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Relativamente a este assunto tem a palavra o **Deputado Luís Santa Rita, que alegou o seguinte:** -----

“É só para deixar uma nota, aquilo que me foi dito, por um funcionário dos CTT, e que tem até lugar de Chefia, foi que na Vidigueira já está a funcionar assim. -----

Penso que a moção vem ao encontro daquilo que eventualmente se vai passar e portanto nós vamos aprovar esta moção porque entendemos também que o estado tem que assegurar os serviços públicos que são prioritários para a população, nomeadamente a questão dos CTT, a saúde, educação, a justiça e portanto são fundamentais e desde que sejam fundamentais e tenham a ver com a melhoria da qualidade de vida da nossa população em geral, e naturalmente com a população do nosso concelho nós teremos sempre disponíveis para aprovar essas moções e encontro dessas necessidades.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu e relembrou a Assembleia Municipal que foi aqui prestado uma informação, na sessão de fevereiro, que a Assembleia Municipal tinha estado representada uma manifestação solidária com um protesto que ocorreu em Lisboa no dia vinte e quatro de fevereiro e estivemos presentes tal como as juntas de freguesia do concelho de Cuba.-----

A Câmara Municipal também estive presente.-----

Já com um bocadinho de receio em relação aquilo que pudesse vir a acontecer, ou seja, esta tomada de posição que o deputado Cabrita também aqui reforçou quando são tomadas estas posições sobre privatizações, nós sabemos que no interior ficamos sempre penalizados, e daí o que temos visto ao longo dos tempos é que estas medidas nunca nos favorecem. Por isso acho que é necessário mostrarmos a união, a nossa preocupação face a estas questões e obviamente dizer-vos também que a Assembleia Municipal de Cuba estará sempre representada naquilo que são as justas aspirações da nossa população, por isso é que nos deslocamos às manifestações, por isso é que vamos falar com grupos parlamentares e assim continuaremos a fazê-lo para continuar a dignificar este órgão e não perdermos mais serviços ainda, do que aqueles que temos perdido.-----

**O Presidente informou que se iria proceder à votação, tendo a moção sido aprovada por unanimidade.**-----

Será dado conhecimento aos CTT, à ANACOM, Comissão parlamentar de economia e aos grupos representadas na assembleia da República e à Comunicação social. -----

**O presidente propôs que se passasse à discussão da Moção sobre monoculturas e a agricultura intensiva, tendo interpelado as bancadas sobre quem pretendia intervir.**-----

**Foi dada a palavra à deputada Teresa Calado, que alegou o seguinte:** – “Relativamente a esta moção e à semelhança do que aconteceu com a anterior há aqui um cunho muito particular de facto na forma como são redigidos os documentos, e eu entendo que não se deva entrar aqui com correções de parágrafos e alterar isto porque já percebemos que, de facto não resulta e não vale a pena, estarmos aqui a gastar energia. Da minha parte, embora eu ache que não me reveja nalgumas expressões que estão consideradas e inseridas neste documento. Penso que



aquelas que são de relevância e que são de considerar de facto, revejo-me nalguns destes problemas que estão aqui considerados, embora deixe aqui a ressalva de que existem expressões com as quais eu não me revejo e se fosse um documento redigido por esta bancada teria certamente a utilização doutro tipo de terminologia. Acho que há aqui um excesso de linguagem que é dispensável relativamente a algumas questões.-----

De qualquer das formas é minha intenção votar favoravelmente esta moção. -----

- **Usou da palavra a deputada Julieta Caniço para alegar:** – “Boa noite, tal como a deputada Teresa Calado também não me revejo no tipo de linguagem. Concordo com o conteúdo não concordo com a forma. Depois, no último parágrafo, acho que é preocupante o que se afirma aqui vindo de uma Assembleia Municipal porque tudo o que aqui está quanto à proliferação de trabalhos sem direitos pode indicar algumas questões ilegais ou mesmo de crime. Deveria ser analisado de outra forma, como se pode atuar a nível do Município sobre todos estes problemas. Todos nós sabemos que existem, mas é preciso combatê-los também aqui.-----

Não vou aprovar esta moção exclusivamente pelo excesso de linguagem ou partidarização deste documento e também porque não me revejo em documentos em que são clarificados possíveis crimes, sem que seja dado conhecimento às autoridades competentes. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Deputado José Cabrita** que **fazendo uso da mesma teceu os seguintes considerandos:** – “No caso da deputada Julieta Caniço concretizou o motivo porque não vai votar a moção, a deputada Teresa Calado não concretizou, a linguagem ou os termos com os quais não concorda, portanto aquilo que foi especificado que será a exploração por parte dos trabalhadores, acho que é quase do senso comum. Eu uma vez tive uma reunião, uma exposição com um técnico do ACT a manifestar a dificuldade em fiscalizar esta situação.-----

De facto são pessoas que vivem quais à margem, vivem em casas com poucas condições, muitas vezes falamos se calhar mais de vinte indivíduos por habitação.-----

Em termos de trabalho muitos deles, isto foi o que o inspetor disse, muitos deles do Bangladesch e da Índia, não tem a noção da mais-valia criada e gerada pelo seu trabalho. Estão habituados a ordenados baixíssimos não sabem as regras em Portugal, nem o que é deles por direito.-----

Muitas vezes os trabalhadores, trabalham com base em contrato de trabalho legal existente, mas há intermediários que não lhes transferem ou não lhes dão o rendimento justo e adequado. Poderá estar em contrato o ordenado mínimo. O agricultor paga à empresa prestadora de serviços o valor justo, mas depois o que chega ao trabalhador não é de facto o que está contratualizado e o ACT tem muitas dificuldades em impor a lei e muitas vezes é dito, pelo inspetor do ACT, em muitas casas sem o mínimo de condições dizem muitas vezes às pessoas numa linguagem simples “Isto não presta”, e eles respondem que é bom, temos casa, água e luz, para nós é bom”. Isto que estamos a falar, acho que é do senso comum. Todos sabemos que há uma desregulação laboral. Inclusive até para quem sabe quais são os seus direitos, existe neste caso particular são pessoas digamos em que há um aproveitamento do seu desconhecimento.-----

Relativamente ainda a esta moção e porque não está aqui mencionada, de referir que as monoculturas intensivas, super intensivas e os empresários que teem vindo para Portugal para produzir sem que tenha qualquer problema ao investimento estrangeiro e não é isso que está em causa; mas temos muitos empresários que teem vindo a produzir para Portugal de forma intensiva e super intensiva muitas vezes desrespeitando aquilo que é o património histórico da nossa região. É do conhecimento geral que esta desregulação a implantação de olivais intensivos ou super intensivos e de amendoais tem levado à destruição de uma quantidade enorme de conjuntos arqueológicos que digamos assim apaga um pouco daquilo que é a nossa



história e portanto se para a vinha há cotas, o olival intensivo tem que ser discutido e tem que se calhar chegarmos à conclusão que futuramente teremos que impor uma cota também para não haver mais abusos. -----

**Tem a palavra a deputada Julieta Caniço, que no uso da mesma alegou:** É para referir que em relação à intervenção do deputado Cabrita, concordo plenamente com tudo o que disse, infelizmente visto que trabalho nessa área registo que isso chama-se tráfico de seres humanos. Existem entidades, nomeadamente a polícia judiciária com que nós articulamos quase diariamente para tratar estas situações, motivo pelo qual acho que não se deve colocar numa moção pública, este tipo de descrição. -----

**Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para que se passasse à votação.** A moção foi aprovada por maioria, com um voto contra e duas abstenções.-----

**Terceira Moção sobre o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território PNPOT. -----**  
O ponto foi aberto à discussão tendo o Presidente questionado se alguém desejava intervir.

**Tem a palavra o Deputado Luís Santa Rita –** Obrigado Sr. Presidente. Só para referir que os deputados do PS na Assembleia Municipal, não tem ainda conhecimento aprofundado relativamente a este programa de ordenamento do território. Diz aqui que o documento está em discussão pública, nós não temos um conhecimento aprofundado relativamente a este programa nacional do ordenamento do território. Reconhecemos que há três pilares fundamentais, relativamente ao desenvolvimento do Baixo Alentejo e que são fundamentais para o concelho de Cuba que tem a ver com a eletrificação da ferrovia Casa Branca – Beja, tem a ver com a dinamização do aeroporto de Beja que é importantíssimo e tem a ver com a retoma das obras do IP8.-----

Estes são, para nós grupo do PS, três pilares fundamentais para que efetivamente possa haver o desenvolvimento do Baixo Alentejo e que o concelho de Cuba possa vir a ser beneficiário destes projetos. -----

Por isso mesmo vamos votar favoravelmente. Naturalmente iremos depois ler e maturar este projeto, analisar atentamente e ficarmos com uma ideia mais pormenorizada relativamente ao que ele nos propõe em termos gerais -----

**Presidente da Assembleia Municipal –** Questionou se havia mais alguma intervenção, tendo concedido a palavra ao **Deputado José Cabrita, que afirmou:** – “Só para esclarecer que, de facto, a moção e o seu texto faz referência a uma altura em que o programa estaria ainda em discussão pública. Senão estou em erro terá sido encerrada no passado dia 15 de junho.-----

Dizer também e acrescentar, e aqui falamos mais para o público, que falamos de um programa que se trata de um PDM isto transferindo para o poder local, fazendo quase uma analogia trata-se quase de um PDM (Plano Diretor Municipal), ou seja será o programa que enquanto que o PDM conforma tudo o que é organização do território aqui estamos a falar de um programa que irá confirmar ou seja irá definir as linhas estratégicas de investimento nacional para o futuro no território nacional, e será com base também neste programa que se definirão as linhas de investimento por parte dos fundos comunitários, dos fundos estruturantes que serão negociados depois com Bruxelas e já estamos a falar do Programa 20/30 e portanto se neste documento não estiverem vertidas todas as preocupações, aspirações e tudo aquilo que é infra-estruturante da região, nós teremos a certeza que com os fundos comunitários não haverá investimento no nosso território e ficaremos também muito preocupados, porque não estando aqui previsto neste documento estes investimentos que aqui estão frisados que com fundos próprios e capital próprio possivelmente também não haverá investimento e portanto cabe-nos



a nós fazer pressão política junto dos decisores políticos de quem negociou este programa para incluir no mesmo as necessidades da região.-----

**Tem a palavra a Deputada Julieta Caniço, tendo afirmado:** - “ Acho que era importante ficar refletido: “Assegurar ... Beja” Faz mais sentido “ Ser Distrito de Beja” - -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que se iria passar à votação, tendo a moção sido aprovada por unanimidade. -----

Será enviada obviamente ao Presidente da Assembleia da Republica; Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da Republica; Primeiro Ministro; Ministro do Ambiente; Comunicação social. -----

Foi solicitado que depois que faça chegar o texto das Moções em formato digital “word” para facilitar a elaboração da ata. -----

**Mais assuntos de interesse para o Município, questionou o Presidente.**-----

**Foi concedida a palavra à deputada Teresa Calado, que verbalizou o seguinte:** “– Gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço relativamente à deputada que findou as suas funções aqui nesta Assembleia Municipal, sem qualquer desprimor pelo deputado Luís Carlos Varela que assume hoje as suas funções, mas tenho um apreço e uma estima pessoal muito elevada para com a deputada Francisca Bicho, pois tive a honra de ser sua aluna e tenho muita pena e torno a frisar, sem qualquer desprimor pelo deputado que agora toma funções, tenho muita pena que ela não continue connosco, serão certamente razões de força maior, mas deixo aqui o meu apreço para com a deputada Francisca Bicho e que fique registado em ata. -----

Relativamente aos assunto de interesse para o Município ,tenho uma questão a dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pois gostaria que ele me esclarecesse, pois tive a informação não sei se é certa ou não, se não ocorreu o pagamento do subsídio de férias aos funcionários da Escola Profissional de Cuba. Pedia esclarecimentos, qual o motivo e a ter acontecido quando se perspectiva o pagamento do subsídio de férias. -----

**Tem a palavra a deputada Julieta Caniço, que no uso da mesma afirmou:** “ - É uma preocupação e tem a ver com a avenida dos semáforos, está lá uma lombagem em frente ao parque de estacionamento do parque desportivo, gostava de saber se já há alguma resposta para a situação porque a degradação tem sido imensa. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara** para que o mesmo respondesse ao que havia sido questionado – “ Sobre o subsidio de férias, é verdade que não foi pago com o vencimento do mês de Junho. Foi realizada uma reunião pelo Diretor da Escola Profissional com os trabalhadores e com os professores no sentido de esclarecer que não era possível ser pago o subsídio de férias em conjunto com o vencimento de junho, mas que o iria ser, à partida, durante o mês de julho, pois havia algumas indicações do POCH que iriam fazer alguma transferências de verbas. Isto porque as verbas que a escola tem a receber durante este ano são cerca de 450 a 500 mil euros e ao fim destes seis meses a escola recebeu apenas oitenta e oito mil euros. Significa que há uma verba bastante considerável a receber. No início do ano letivo o que foi falado é que este ano os pagamentos seriam mais rápidos. E que iriam haver adiantamentos. De facto não houve, recebemos oitenta e oito mil euros em março, e desde aí a Escola profissional não recebeu mais verbas. Portanto é este o motivo, é por esta razão que a escola não tem liquidez, de momento, para pagar. Poderia ser paga uma percentagem do subsídio de férias, mas achou-se por bem que havendo essa indicação do POCH, deveria aguardar-se mais uns tempos, e estamos a falar do mês de julho, pois seria uma coisa a pagar brevemente.-----

Relativamente à Rua Dr. Egas Moniz, é uma situação já falada aqui. Em consonância com o empreiteiro verificamos que era melhor não fazer intervenção neste momento porque tem chovido e vai chover, e de comum acordo aguardamos a melhoria do tempo. Sei do que se trata



dado que passo lá todos os dias. Assim que o tempo melhorar será efetuada a intervenção em toda a Rua Dr. Egas Moniz.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Câmara, na pessoa do seu presidente.**-----

**Usou da palavra a deputada Teresa Calado, que afirmou :** – “ A minha questão vai novamente dirigida ao Presidente da Câmara Municipal porque o conhecimento que tenho é de alguns anos atrás. Julgo que se mantém e não foi alterado, existe uma conta caucionada que se destina a fazer face a estas situações porque efetivamente é complicado para quem vive do vencimento, pensar que a determinada altura vai receber o seu subsídio de férias e quando de repente lhe é transmitido que não recebe, causando algum transtorno e nesse sentido foi criada essa conta caucionada que se destinava exatamente a salvaguardar estas situações que são frequentes, infelizmente para poder colmatar estas situações. Questiono porque não foi utilizada essa conta caucionada ou qual o motivo porque não foi esse o procedimento. -----

**Tem a palavra a deputada Julieta Caniço, tendo a mesma declarado o seguinte:** – “Relativamente a isto também lamento o que se passa, sei perfeitamente que estamos dependentes das verbas do POPH, sei que há atrasos mas também conhecendo a situação de outras escolas profissionais, sei que pagaram na totalidade os vencimentos com o respetivo subsídio de férias e lamento que tenhamos estado a aprovar moções em que se fala dos direitos dos trabalhadores e depois tenhamos estes exemplos no próprio concelho. Relativamente à Rua Dr. Egas Moniz dizer apenas que se calhar sugeria que se sinalizasse esse cruzamento porque é efetivamente uma lombagem. Não estava à espera porque não passo naquela rua regularmente e como disse bati com o carro por baixo. Não tenho um carro muito alto, mas sugiro que se devia sinalizar. Obrigado.”-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Se a Câmara quiser responder que o faça de forma rápida.

**Tem a palavra o Presidente da Câmara, e este no uso da mesma declarou o seguinte:**– “Sobre a rua dr. Egas Moniz a situação já foi falada.-----

Sobre a questão da Escola Profissional existe a conta caucionada e portanto se formos verificar aquilo que são as despesas mensais e recebendo nestes seis meses oitenta e oito mil euros, é óbvio que já temos esgotado o montante da conta caucionada, o que não nos permite resolver o problema por este meio, mas também, não sei se as pessoas estavam a contar com o subsídio de férias porque a Escola Profissional não recebe subsídio de férias há alguns anos, dado que legalmente não existia como uma parcela isolada, as pessoas não recebiam subsídios de férias em junho. O subsídio de férias vinha diluído ao longo dos meses, e portanto só para dizer que da conversa que houve, quer com as pessoas que trabalham na escola, quer com os professores todos foram compreensivos, não houve problema nenhum. Todos compreenderam a situação, não sei se outras escolas receberam os ordenados, o que sei é que na Escola Profissional temos pago sempre os ordenados. E nas outras tem havido muitas vezes ordenados em atraso, foi público e saiu na comunicação social. O subsídio de férias não está em atraso, está aí um jurista que pode explicar que não há qualquer atraso no pagamento do subsídio de férias. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Obrigado pelo esclarecimento. Questionou se existiam mais assuntos de interesse para o Município.-----

Não existindo, encerramos assim **o período de antes da ordem do dia.**-----

Relembrou que antes de passar para o período da ordem do dia, temos um **período de intervenção do público**, pelo que questionou se alguém desejava intervir. -----

Registou-se uma intervenção. Foi solicitada a identificação do munícipe para ficar transcrito na ata. -----

No uso da palavra disse: “Boa noite a todos, **o meu nome é João Santos** e vou intervir na qualidade de **Provedor da Santa Casa Misericórdia de Vila Alva.** -----



Faço-o só para pedir a colaboração da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal na tentativa de nos ajudarem a resolver um problema que a Santa Casa está a lidar que é o problema da falta de colaboração da Altice MEO na instalação da fibra em Vila Alva. A Altice recusa-se a instalar a fibra se bem que haja condições técnicas e que há fibra no Posto da GNR nas novas instalações. Portanto não há qualquer impedimento técnico na instalação da fibra, há apenas uma questão comercial, quanto eu sei que a Altice acha que não é mais rentável porque já tem os clientes sem ser com fibra, com fibra é um investimento que não lhe interessa fazer. O que acontece é que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva, está a sofrer graves constrangimentos porque não consegue ter uma ligação estável à internet, mas precisamos de ter a nossa infraestrutura online, os nossos ficheiros guardados em servidores externos para uma maior segurança e por questão de prevenção da proteção de dados e não o conseguimos fazer. Há mais de dois meses que estou à espera da resposta oficial da Altice se instala ou não instala. A última vez que me responderam disseram que estão a tentar e esta tentativa se calhar se houver alguma pressão da parte da autarquia junto da empresa é capaz de nos dar alguma ajuda. Até porque este problema foi debatido na penúltima reunião da assembleia de freguesia de Vila Alva e na última reunião tivemos conhecimento da resposta da Altice que tenta “sacudir a água do capote” e meter a Câmara Municipal no assunto. “ Se houver colaboração do Município” se calhar a coisa avança. A tentar que o município assuma uma coisa que não faz sentido, a empresa presta ou não presta o serviço ou tem que ser responsabilizada e por isso solicito à Câmara e à Assembleia Municipal que fizesse alguma coisa neste sentido. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Mais alguma intervenção? De qualquer forma responder que não temos a noção exata da questão e informar que a Assembleia Municipal irá interceder junto das várias entidades ANACOM e Altice.-----

Também para tentar sensibilizá-los do problema. Infelizmente é mais uma prova do que foi discutido com a privatização dos CTT. -----

A empresa quando foi vendida, não sei se ficou esquecida a cláusula de salvaguarda do serviço universal. São obrigados a prestar e que tem havido várias queixas relativamente a essa empresa porque diminuíram muito a qualidade do serviço que prestavam e neste caso os novos investimentos teem parado por completo. Pode contar obviamente com o apoio da Assembleia Municipal interceder junto dessas entidades. Obrigado. -----

Não havendo mais intervenções do público passamos então para o período da ordem do dia, informou o Presidente:-----

**Período da Ordem do dia:** -----

1.º - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2018 a 31/05/2018. **Para conhecimento.** -----

Foi presente à sessão a informação do Presidente da Câmara Municipal sobre o relatório de atividades referente ao período de 01/04 a 31/05/2018 bem como a certidão da reunião de Câmara de 06 de junho de 2018 e a informação n.º.18 datada de 04/06/2018 dos Serviços Financeiros do Município de Cuba. -----

**Presidente da Assembleia Municipal**- Está aberta a discussão. Tem a palavra a **deputada Julieta Caniço, que usando da palavra disse o seguinte.** -----

“– Duas questões simples para a senhora Vereadora Noémia Ramos:-----

- Informação “Porque diz que houve uma reunião de rede escolar com a DGES? A questão é se conseguimos ficar com as mesmas turmas ou se houve redução ou aumento de turmas porque houve outros concelhos que tiveram redução.-----

- A outra, na página vinte e um relativamente ao gabinete municipal de proteção civil e diz que consulta a várias entidades com vista a colaboração de emergência e proteção civil. A minha



questão é: Não existe no concelho de Cuba, um plano municipal de proteção civil ou está a ser renovado, revalidado? -----  
Só estas duas questões. Obrigado". -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que tem a palavra a **Vereadora Noémia**, tendo esta declarado o seguinte -----

“ – Boa noite a todos. Primeira questão: o número de turmas vai-se manter. Inclusivamente havia a possibilidade de criar mais uma turma.-----

No que respeita ao plano municipal de emergência e proteção civil, não existe um plano propriamente dito. Foi iniciada a elaboração do Plano. Existe um plano de primeira geração que data de 1998. Mais não foi feito. Em 2013 houve a tentativa de fazer um plano de emergência de proteção civil para o concelho. Não chegou sequer a ir à comissão municipal de emergência e proteção civil. Não foi levado a qualquer entidade e portanto quando está ali plasmado “ Consulta a várias entidades”, é exatamente no sentido de perceber os custos financeiros na elaboração do plano. Não vos garanto que seja feito no ano de 2018. O objetivo de facto é saber os valores para saber as nossas opções relativamente ao orçamento de 2019. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** - Obrigado. Questionou se existia mais alguma questão. Tem a palavra o **deputado Filipe Chora**, que declarou o seguinte:-----

“ – Pegando no ponto nove, queria felicitar a Câmara desde já pela criação deste Gabinete Municipal de Proteção Civil. É uma inovação. Tem uma série de atividades e das quais só as Juntas de Freguesias fazemos parte e por acaso já fomos muitas vezes ouvidos e deparamo-nos com uma série de situações que trazemos à Câmara Municipal. Vejo isto de bom grado e espero que todos vós o vejam da mesma forma. Era apenas para felicitar a Câmara por este ponto.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia mais alguma intervenção, tendo de seguida dado a palavra a **deputada Julieta Caniço** – “– Pois então eu felicitarei a autarquia pela criação de um gabinete. Supunha eu, e ainda bem que sou esclarecida nas assembleias municipais que estava na lei e que os planos municipais e que os conselhos municipais de proteção civil também seriam regulamentados por lei, agora também tenho que referir que me entristece pois vivo num concelho que não tem um plano Municipal de Proteção Civil, não tem um diagnóstico social, não tem um concelho municipal de educação a funcionar, mas já temos um Gabinete, agradeço e felicito-vos. Bom trabalho. -----

**Presidente da Assembleia Municipal**, não existindo mais intervenções, relativamente ao ponto um que fique registado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI - Contrato Emprego-Inserção (Trabalho Socialmente Necessário). **Para deliberação.** -----

Foi presente à sessão da Assembleia Municipal de Cuba, a informação número cinquenta e nove datada de dezanove de abril de dois mil e dezoito dos Serviços Financeiros do Município, bem como a certidão da reunião de Câmara de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, para deliberação. -----

**Presidente da Assembleia Municipal.** O ponto está aberto à discussão. Tem a palavra a **deputada Teresa Calado** – Era só para propôr que votássemos estes pontos todos em conjunto.-----

Esclarecida a assembleia e depois de analisados os referidos documentos e não se registando qualquer intervenção foi o assunto posto a votação e aprovado por unanimidade. -----



3 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Alva, para fazer face à candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). Informação número sessenta e dois barra dois mil e dezoito. **Para deliberação.** Foi apresentado na sessão da assembleia municipal a informação número sessenta e dois datada de dezanove de abril de dois mil e dezoito, dos serviços financeiros do Município de Cuba, bem como a certidão da reunião da Câmara Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, sobre a transferência de verbas para fazer face às despesas com uma candidatura para um colaborador com contrato emprego inserção+. Considerando esclarecida a Assembleia Municipal e não se registando qualquer intervenção foram os documentos postos a votação e aprovados por unanimidade. -----

4 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Alva, para fazer face à candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). Informação número sessenta e quatro barra dois mil e dezoito. **Para deliberação.** Foi apresentado na sessão da assembleia municipal a informação número sessenta e quatro datada de dezanove de abril de dois mil e dezoito, dos serviços financeiros do Município de Cuba, bem como a certidão da reunião da Câmara Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, sobre a transferência de verbas para fazer face às despesas com uma candidatura para um colaborador com contrato emprego inserção+. -----  
Considerando esclarecida a assembleia e não se registando qualquer intervenção foram os documentos postos a votação e aprovados por unanimidade. -----

5 – Proposta de transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, para fazer face a candidatura no âmbito da Medida CEI+ (Contrato Emprego-Inserção+ / Trabalho Socialmente Necessário). **Para deliberação.** -----  
Foi apresentado na sessão da Assembleia Municipal a informação número sessenta e três datada de dezanove de abril de dois mil e dezoito, dos serviços de ação social e saúde do Município de Cuba, bem como a certidão da reunião da Câmara Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, sobre a transferência de verbas para fazer face às despesas com uma candidatura para dois colaboradores com contrato emprego inserção+. Analisados os documentos foram os mesmos postos a votação e aprovados por unanimidade. -----

6 – Proposta de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia de Faro do Alentejo e Vila Ruiva. Competências do Município no âmbito do 1º. Ciclo e Pré-escolar no que concerne ao pessoal não docente. Gestão integrada com as Juntas de Freguesia quando estão em causa os polos nas freguesias rurais. **Para deliberação.** -----  
Foi presente à sessão a informação número sessenta e quatro barra dois mil e dezoito datada de quatro de maio de dois mil e dezoito, do Chefe da UADJCS, bem como a certidão da reunião de Câmara de nove de maio de dois mil e dezoito, para deliberação sobre a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia de Vila Ruiva e Faro do Alentejo. -----  
Considerando esclarecida a assembleia e analisados todos os documentos, foi o assunto posto a votação e aprovado por unanimidade. -----

7 – Proposta de aprovação dos “Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba”, referentes ao ano de dois mil e dezassete. **Para deliberação.** -----  
Foi presente à sessão a informação número dezassete barra dois mil e dezoito de dezassete de Maio, da Unidade de Administração e Finanças bem como a certidão da reunião de Câmara de seis de junho de dois mil e dezoito. -----

Considerando esclarecida a assembleia foram os mesmos documentos postos a votação e aprovados por maioria com seis abstenções da bancada do Partido Socialista



8 - Proposta de aprovação FINAL do instrumento de programação da ORU concretizado através do PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, depois de efetuado o período de discussão Pública. **Para deliberação.** -----

Foi apresentado em sessão a informação número dez barra dois mil e dezoito do Chefe da Unidade de apoio Jurídico Desenvolvimento Cultura e Sociedade, com a proposta de aprovação FINAL do instrumento de programação da ORU concretizado através do PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, depois de efetuado o período de discussão Pública, bem como a certidão da reunião de Câmara de seis de junho de dois mil e dezoito. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Ponto aberto à discussão. -----

**Tem a palavra o Deputado Luís Santa Rita** – Só para dizer que se tivéssemos um mapa a cores com a zona delimitada tornava-se mais fácil de análise. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** - Apesar de estar no site da Câmara podemos fazer chegar o documento a cores. Peço à Câmara que faça chegar o documento a cores. -----

**Usou da palavra o Dr. Vitor Fialho** para clarificar que no documento que está em CD, que tem mais ou menos 100 páginas, lá está delimitado a cores. No PERU a área encontra-se delimitada.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Obrigado pelo esclarecimento. **Tem a palavra o Deputado João Leirão** – Só referir que na informação temos uma carta dirigida à Câmara pela Agência Funerária Pólvora e se foram prestados os esclarecimentos necessários. -----

**Tem a palavra o Presidente da Câmara**, que solicitou ao **Dr. Vitor Fialho** que clarificasse a questão, tendo este dito que na informação que acompanha a documentação está a informação prestada à Agência Funerária Pólvora. O estabelecimento comercial da requerente não está dentro da ARU e o processo será encerrado com as devidas notificações. -----

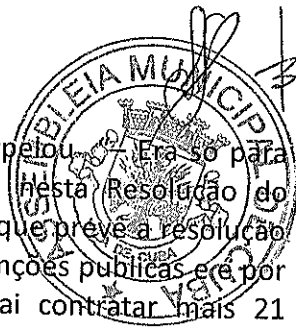
**Presidente da Assembleia Municipal** – não se registando mais intervenções, propôs que se que passasse à votação, tendo o assunto sido aprovado por unanimidade. -----

9 – Aplicação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, no Município de Cuba. **Para conhecimento.** -----

Apresentado em sessão a informação número quinze barra dois mil e dezoito de vinte e oito de maio de dois mil e dezoito da subunidade de recursos humanos, bem como a certidão da reunião de câmara de seis de junho de dois mil e dezoito, sobre Aplicação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, no Município de Cuba. -----  
Considerando esclarecida a assembleia e não se registando qualquer intervenção a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

10 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Cuba para o ano de 2018, visando a Aplicação do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários à Autarquia. **Para deliberação.** -----

Na sequência do ponto anterior foi apresentado a informação número dezasseis barra dois mil e dezoito, bem como a certidão da reunião de Câmara de seis de junho de dois mil e dezoito, com a primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezoito. -----

**Tem a palavra o Deputado Luís Santa Rita**, que no uso da mesma interpeleou. Era só para dizer que os deputados do P.S. na Assembleia Municipal, se revêem nesta Resolução do Conselho de Ministros, que prevê a resolução do Conselho de Ministros, que prevê a resolução extraordinária dos vínculos dos trabalhadores em situação precária em funções públicas e é por via desta resolução neste caso que a Câmara Municipal de Cuba, vai contratar mais 21 trabalhadores. Votamos favoravelmente esta proposta porque entendemos também que os direitos dos trabalhadores fiquem salvaguardados. Gostaria também de colocar uma questão ao Presidente da Câmara com autorização do Presidente da Assembleia Municipal.-----

Tendo em conta que a Câmara Municipal continua em desequilíbrio financeiro, foi o ano passado e até junho, tendo em conta que tem uma elevada execução orçamental nas despesas correntes. Tendo em conta que vai contratualizar mais 21 trabalhadores mais os procedimentos em curso. Pelas contas efetuadas serão mais ou menos 32 ou 33 funcionários.-----

A questão é quais são as medidas corretivas no sentido de assegurar a estabilidade financeira da Câmara Municipal de Cuba. Ao contrair mais despesa tem que ser tomadas medidas referentes ao desequilíbrio financeiro sob pena de chegarmos ao fim do ano e continuarmos com a mesma situação.-----

**Tem a palavra o Presidente da Câmara, que no uso da mesma declarou o seguinte:** “--

Relativamente à questão colocada, contrata-se vinte e tal pessoas. Gerir o dinheiro é uma questão de prioridades. Vinte e um, mais dez dos concursos a decorrer são trinta e um, significa que a partir de dois mil e dezanove vai ter mais um terço dos trabalhadores que tem neste momento, e isto só acontece porque ao longo dos últimos anos os sucessivos governos impediram as Câmaras de contratualizar levando a um défice preocupante de trabalhadores.----

O Município de Cuba é daqueles que vai fazer maior integração em termos de percentagem do número de trabalhadores que tem. Obviamente ao gastar com o pessoal tem que ser retirado de outro lado.-----

Quanto à questão do desequilíbrio o ano anterior não foi cumprido, de resto tem sido sempre, tirando um ano do Partido Socialista que houve uma chamada de atenção para o desequilíbrio orçamental por parte do tribunal de contas. Este ano será corrigido. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Mais questões para a Câmara Municipal, questionou.----

**Tem a palavra a Deputada Teresa Calado, que alegou:** – “ - Mais uma vez se vai buscar o passado, se vai buscar o PS. Quando a questão foi muito clara colocada ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente aquilo que são as medidas a adotar relativas ao facto de que todos nós somos a favor da contratação de trabalhadores e sabemos que a entrada no quadro de pessoal da autarquia leva ao aumento de despesa corrente.-----

A questão colocada foi objetiva e não obtivemos resposta, indo buscar aquilo que aconteceu no tempo do Partido Socialista, colocando aqui no mesmo saco coisas diferentes. Nós nem sempre tínhamos hipótese de contratar, porque de facto as regras eram diferentes e mais rígidas e o Presidente da Câmara mais um vez vai buscar o tempo do Partido Socialista que não está em análise neste momento. O Partido Socialista com todo o direito coloca uma questão que deveria ter sido respondida e não foi. -----

Ficava contente se tivesse ouvido o Sr. Presidente da Câmara dizer que a contratação destes trabalhadores, se tivermos contenção com a despesa com a feira anual e em vez de gastarmos duzentos mil euros, gastamos só cem mil euros, conseguimos assumir a responsabilidade com os vencimentos destas pessoas.-----

Foi mais uma vez buscar o passado, mais uma vez buscar coisa que se passaram antes com regras completamente diferentes e distintas daquelas que temos à data.-----

Relativamente à questão dos trabalhadores assumimos uma posição clara a favor dos trabalhadores. Temos pena que em vez de 21, não sejam os 25, deveriam ter sido consideradas todas as situações.-----



Mas também achamos que tem que se assumir responsabilidades para garantir o emprego dos que entram e dos que estão. -----

Mais uma questão, o **Deputado José Cabrita** falou durante cerca de 10 a 15 minutos, portanto, agradeço ao Senhor Presidente que me deixe efetuar a pergunta.-----

Relativamente às situações que estão previstas aqui para que possam ser consideradas em situações de regularização de vínculo precário, há uma situação de um técnico superior na área de Serviço Social.-----

Tendo em conta que a justificação para a admissão de trabalhadores nesta área implica que de facto haja a assunção de que estão a desenvolver funções que são imprescindíveis e necessárias e havendo um trabalhador nesta área que tem vínculo à Autarquia e que apresentou um requerimento ao Sr. Presidente para em regime de mobilidade poder assumir funções porque motivo é que não lhe foi dada nenhuma resposta e contrataram trabalhadores nesta situação de vínculo precário. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Não sei se o Presidente da Câmara quer responder ou passa a palavra ao **Dr. Vítor**. Do conhecimento que tenho é um programa de regularização extraordinária, e este tipo de programas tem essas injustiças.-----

**Tem a palavra o Presidente da Câmara** – Relativamente às questões levantadas pela **Deputada Teresa Calado** e relativamente ao desequilíbrio houve dois momentos, dois períodos de desequilíbrio numa determinada altura e outro nesta altura. Um mereceu um reparo do tribunal de contas e este até ao momento não foi considerado ilegal.-----

Relativamente às questões de desequilíbrio orçamental a partir do momento em que há uma regularização a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tem que contemplar em orçamento a despesa. -----

Não há qualquer problema em relação ao desequilíbrio. Relativamente à regularização dos técnicos, esse processo que fala, essa assistente técnica era assistente operacional e à poucos meses subiu de categoria. Agora está a solicitar para subir para técnica superior é uma situação a analisar. O nosso problema tem a ver com a técnica superior em mobilidade. Enquanto o assunto não ficar resolvido nós não podemos dar resposta. A Câmara Municipal com três técnicos superiores na área social, não seria recomendável ampliar ainda mais esta área em relação a outras áreas, em que, provavelmente ainda temos mais trabalho no concelho de Cuba. O técnico superior terá que aguardar pela situação que tem que ser regularizada. -----

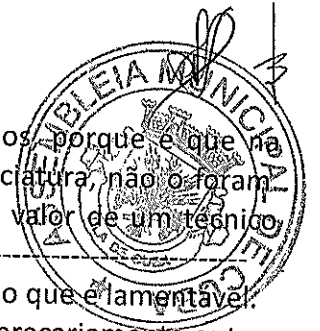
**Tem a palavra a Deputada Julieta Caniço, que no uso da palavra verbalizou o seguinte:** – “ Em relação ao programa Prevpap, é a regularização de precários, num determinado período de tempo, de dezembro a maio de dois mil e dezassete. Verifico que o Município de Cuba sendo dos Municípios que mais percentagem tem de regularização, tinha cerca de 24 trabalhadores em situação precária. Relativamente a algumas prestações de serviços era possível fazerem contratos com termo ou sem termo, é uma questão de gestão. Serei sempre contra que as pessoas estejam em situação precária.-----

Felizmente que as pessoas que vão entrar ao abrigo do programa tem a vida facilitada. Lamento que não seja possível entrarem os vinte e quatro ou vinte e cinco pessoas, pois vamos entrar numa situação de injustiças.-----

O que me preocupa é que num curto período de tempo tivemos 21 pessoas em situação precária e sempre fui contra a precariedade.-----

Relativamente aos pedidos, quando entra qualquer requerimento na administração local aplica-se o código do procedimento administrativo ou não, questionou. -----

Na Administração Central aplica-se, pois se assim for os requerimentos tem prazos de resposta e findos os prazos haverá consequências. Pergunto se o Código do Procedimento não se aplica à Administração Local.-----



Em 2017 na Administração Central todos os técnicos foram reclassificados porque é que na Câmara Municipal de Cuba, se tínhamos os técnicos que teem uma licenciatura, não o foram. Vamos contratar a título precário, prestação de serviços não ganhando o valor de um técnico superior.-----

Há aqui algum contra senso naquilo que propomos e naquilo que fazemos, o que é lamentável. Há técnicos superiores que poderiam ter essa oportunidade e contrata-se precariamente outros técnicos, ganhando dois técnicos o valor de um. -----

**Tem a palavra o deputado Luís Santa Rita, que afirmou:** – “ - Sr. Presidente aceito a decisão de não me dar a palavra pois tinha colocado uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, logo quando terminei, o Presidente da Câmara respondeu e o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a outros deputados, não me deixando a mim argumentar. -----

Respeito mas não concordo, pois o Sr. Presidente da Câmara não respondeu à questão colocada. A bancada do PS coloca a questão sobre o aumento da despesa e o desequilíbrio e não dá a resposta concreta. -----

Nós entendemos que o documento que chegou está incompleto. Deveria ser enviado documento com a despesa do pessoal em situação de precaridade e a despesa com o pessoal em situação de regularização. Essa informação não vem e era importante os deputados do PS saberem a despesa com a integração nos quadros. -----

**-Tem a palavra a deputada Teresa Calado, que alegou no uso da mesma:** “- Bem, penso que solicitar elementos adicionais que visa esclarecer os deputados sobre uma decisão a tomar, julgo que era importante, desde logo devia vir essa informação. E acho que é importante que se perceba e como órgão fiscalizador da Câmara Municipal de saber o que estamos a falar. Por isso é que nós temos opiniões diferentes, e essa informação deveria estar apensa ao mapa de pessoal que foi apresentado. Relativamente àquilo que o Deputado Cabrita referiu que está orçamentado, nós sabemos, há rubricas de onde é retirado verbas para outras rubricas onde é necessário. Tentamos é perceber as alterações.-----

Para concluir e ficar **registado em ata** relativamente a esta situação, houve de facto um requerimento de uma trabalhadora nesta área social em novembro/2016, do qual não obteve resposta, com despacho de arquivo. Não havendo uma resposta e uma justificação ao trabalhador com formação na área. Depois há a admissão em vínculo precário de técnicas dois meses mais tarde, foi esta situação que nos causou alguma perplexidade porque nós sabemos que é uma situação de vínculos precários.-----

O que não entendemos é não se ter dado resposta na altura à trabalhadora e se admitir com vínculo precário, dois meses mais tarde, um técnico na área. Obviamente se fosse ao contrário nós sabemos a justificação apresentada pelos deputados da Bancada da CDU. -----

Relativamente à questão de mudança de categoria da trabalhadora de operacional para técnico, quando necessitámos de técnicos na área não fomos buscar fora, demos resposta a pessoas que estavam no quadro como assistentes técnicos e passaram para técnicos superiores. Refiro ainda que no anterior mandato também foi admitido um técnico superior como assistente técnico. ----

**O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existiam mais intervenções, não se registando o assunto foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

**11 – Proposta de nomeação do auditor externo às contas do Município. Para deliberação** -----

Foi presente à sessão a informação número quarenta e oito barra dois mil e dezoito datada de sete de maio de dois mil e dezoito, da UAJDCS (Unidade de Apoio Jurídico Cultura e Sociedade sobre a proposta de nomeação de auditor externo às contas do Município, bem como a certidão da reunião de Câmara de vinte e três de maio de dois mil e dezoito. -----

Considerando esclarecida a assembleia e não se registando qualquer intervenção, nem pedidos de esclarecimento o Sr. Presidente da Mesa propôs a votação e, por unanimidade, foi aprovada

a proposta de nomeação da Empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., como auditor externo às contas do Município. -----

**ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – 2.º Período:** -----

Não se registaram intervenções por parte do público. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata, que, depois de lida será submetida a aprovação por parte da Assembleia: -----

A ata em minuta foi aprovada por unanimidade, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, António Manuel Fitas Marreiros, secretário da Assembleia Municipal, que a redigi. -----

O Presidente: João Duarte Oliveira -----

O Secretário: António Manuel Fitas Marreiros -----

